A POLÍTICA COMPARATIVA E O MÉTODO COMPARATIVO *

AREND LIPJHART**

1. Introdução; 2. Métodos experimentais, estatísticos e comparativos; 3. O método comparativo: pontos negativos e positivos; 4. Enfoque da análise comparativa nas variáveis-chave; 5. O método comparativo e o método de estudo de casos.

1. Introdução

Entre os vários campos ou subdisciplinas em que a disciplina da ciência política é usualmente dividida, a política comparativa é a única que tem o título de metodológica, em vez de substantiva. O nome "política comparativa" indica *como,* mas não especifica *o quê* da análise. O título, portanto, é um tanto errôneo, pois tanto a concernência metodológica explícita, como a consciência metodológica implícita entre estudantes de política comparativa têm sido, geralmente, bastante baixas.[1] Na verdade, demasiado número de estudiosos do campo têm sido o que Giovanni Sartori chama "pensadores inconscientes",[2] não conscientes da lógica e métodos da ciência empírica e não guiados por ela, embora talvez bem versados em técnicas de pesquisa quantitativa. Indubitavelmente, uma razão para este pensar inconsciente é que o método comparativo é uma abordagem tão básica e tão basicamente simples que uma metodologia de análise

* Relatório apresentado à mesa-redonda realizada em Turim, Itália, sob o patrocínio da Associação Internacional de Ciência Política. Tradução de Angela Arieira.

** Da Universidade de Leiden.

[1] O oposto aplica-se ao campo relativamente novo de "comportamento político": seu nome indica um campo substantivo de pesquisa, mas especialmente o derivado "behaviorismo" veio a significar uma abordagem geral ou conjunto de métodos. Veja Dahl, Robert A. The behavioral approach in political science: epitaph for a monument to a successful protest. *American Political Science Review,* v. 55, n. 4, p. 763-72, Dec. 1961.

[2] Sartori, Giovanni. *Methodological problems in comparative politics.* p. 1. Trabalho preparado para a Mesa-Redonda de Turim da AICP, set. 1969.

política comparativa realmente não existe. Como Sartori salienta, o outro extremo — o dos "pensadores superconscientes", cujos padrões de método e teoria são tirados das ciências físicas — é igualmente falso. O objetivo deste trabalho é contribuir juntamente com o "pensador consciente" em política comparativa, focalizando a comparação como um método de pesquisa política; tentará analisar não somente as limitações e pontos fracos necessários do método comparativo, mas também seus grandes pontos positivos e possibilidades.

Na literatura de política comparativa, uma grande variedade de significados é atribuída aos termos "comparação" e "método comparativo". Neste tratado, o método comparativo será definido como um dos métodos básicos — os outros sendo os métodos experimentais estatísticos e método de estudo de casos — de estabelecer proposições gerais empíricas. Em primeiro lugar, é definitivamente um *método,* não apenas "um termo conveniente simbolizando vagamente o centro de interesse de uma pesquisa".[3] Não é também um conjunto especial de concernências substantivas no sentido da definição de Samuel N. Eisenstadt da abordagem comparativa em pesquisa social; ele afirma que o termo não "designa propriamente um método específico..., mas, antes, um enfoque especial de aspectos entressociais, institucionais ou macrossociais de sociedades e análises sociais".[4]

Em segundo lugar, o método comparativo é aqui definido como *um* dos métodos científicos básicos, não *o* método científico. É, portanto, mais estreito no alcance do que Harold D. Lasswell tinha em mente quando argumentou que "para qualquer um com uma abordagem científica a fenômenos políticos, a idéia de um método comparativo independente parece redundante, "porque a abordagem científica é inevitavelmente comparativa".[5] Do mesmo modo, a definição usada aqui difere da ampla interpretação muito semelhante, equiparando o método comparativo com o científico, dada por Gabriel A. Almond: "não faz sentido falar de uma política comparativa em ciência política, já que, se é uma ciência, é o mesmo que dizer que é comparativa em sua abordagem".[6]

Em terceiro lugar, o método comparativo será usado aqui no sentido de um *método de descobrir o relacionamento empírico entre variáveis,*

[3] Kalleberg, Arthur L. The logic of comparison: a methodological note on the comparative study of political systems. *World Politics,* v. 19, n. 1, p. 72, Oct. 1966.

[4] Eisenstadt, Samuel N. Social institutions: comparative study. In: Siles, David L. ed. *International Encyclopedia of the Social Sciences.* New York, Macmillan & Free Press, 1968. v. 14, p. 423.

[5] Lasswell, Harold D. The future of the comparative method. *Comparative Politics,* v. 1, n. 1, p. 3. Oct. 1968.

[6] Almond, Gabriel A. *Political theory and political science.* p. 877-8. Almond também argumenta que a política comparativa é mais um "movimento" na ciência política do que uma subdisciplina. Veja sua Comparative politics. *International Encyclopedia of the Social Science.* v. 12, p. 331-6.

não como um método de medição. Esses dois tipos de métodos deveriam ser claramente distinguidos. É o último que Kalleberg tem em mente quando discute a "lógica da comparação". Ele define o método comparativo como "uma forma de medição"; comparação significa "disposição não-métrica", ou, em outras palavras, medição ordinal.[7] Semelhantemente, Sartori está pensando em termos de medição em escalas nominais, ordinais (ou comparativas), e cardinais, quando descreve o pensador consciente como "o homem que compreende as limitações de não ter um termômetro, e ainda consegue falar bastante dizendo quente e frio (e eventualmente mais quente e mais frio)".[8] Esta etapa importante de medir variáveis é logicamente anterior à etapa de encontrar relacionamentos entre elas. É à segunda dessas etapas que o termo "método comparativo" vai se referir neste trabalho.

Finalmente, uma clara distinção deveria ser feita entre método e técnica. O método comparativo é um método geral, amplo, não uma técnica estreita especializada. Pode ser julgado como uma *estratégia* básica de pesquisa, em contraste com uma simples ajuda tática para pesquisa. Isto vai se tornar claro na argumentação que se segue.

2. Os métodos experimentais, estatísticos e comparativos

A natureza do método comparativo pode melhor ser compreendida se for comparada e contrastada com as outras estratégias fundamentais de pesquisa: os métodos experimentais e estatísticos.[9] Todos os três métodos (assim como certas formas do método de estudo de casos) visam à explanação científica,[10] que consiste de dois elementos básicos: a) o estabelecimento de relacionamento geral empírico entre duas ou mais variáveis,[11] enquanto b) todas as outras variáveis são controladas, isto é, mantidas constantes. Esses dois elementos são inseparáveis: um pode não estar certo que uma relação é verdadeira, a menos que a influência de outras

[7] Kalleberg. op. cit. p. 72-3; veja também p. 75-8.

[8] Sartori. op. cit. p. 2. Veja também Lazarsfeld, Paul F. & Barton, Allen H. Qualitative measurement in the social sciences: classification, typologies, and indices. In: Lerner, Daniel & Lasswell, Harold D. eds. *The policy sciences*. Stanford, Stanford University Press, 1951.

[9] Pela idéia de discutir o método comparativo em relação a outros métodos básicos devo bastante ao trabalho significativo e muito esclarecedor The methodology of comparative analysis. Berkeley, 1965.

[10] O método de estudo de casos será discutido a seguir.

[11] Meehan, Eugene J. *The theory and method of political analysis*. Homewood, Ill., Dorsey Press, 1965. Ele expressa esta idéia em três frases curtas: "A ciência busca estabelecer relacionamentos" (p. 35); "A ciência... é empírica" (p. 37); "A ciência é uma atividade generalizante" (p. 43).

variáveis seja controlada. A condição *ceteris paribus* é vital a generalizações empíricas.

O método experimental, na sua forma mais simples, usa dois grupos equiparados, um dos quais (o grupo experimental) é exposto a um estímulo, enquanto o outro (o grupo de controle) não é. Os dois grupos são então comparados, e qualquer diferença pode ser atribuída ao estímulo. Assim torna-se claro o relacionamento entre duas variáveis — com a informação importante de que nenhuma outra variável foi envolvida, porque em todos os aspectos exceto um, os dois grupos são iguais. O processo de equiparar serve para fazer o *ceteris* na verdade *paribus*.[12] O método experimental é o método mais proximamente ideal para explanação científica, mas infelizmente só pode ser usado nas ciências sociais, por motivo de impedimentos práticos e éticos.

Uma alternativa do método experimental é o método estatístico. Ele acarreta a manipulação conceitual de dados empiricamente observados (que não podem ser manipulados situacionalmente como um projeto experimental), a fim de descobrir relacionamentos controlados entre variáveis. Ele trata do problema de controle por meio de *correlações parciais*. Por exemplo, quando se deseja indagar sobre a relação entre participação política e educação (i.e. nível de educação obtido), dever-se-ia controlar a influência da idade, por motivo da relação conhecida entre idade e educação (gerações mais jovens tendo recebido mais educação do que gerações mais velhas). Isto pode ser feito dividindo-se o grupo de experiência em um número de grupos de idades diferentes, e olhando para as correlações parciais entre participação e educação dentro de cada grupo separado de idade. Paul F. Lazarsfeld afirma que este processo é tão básico que é aplicado quase automaticamente em pesquisa empírica. Toda vez que um pesquisador se encontra face a uma relação entre duas variáveis, ele imediatamente começa a tabulá-las, isto é, a considerar o papel de variáveis adicionais.[13]

O método estatístico pode ser encarado, portanto, como uma aproximação do método experimental. Como Ernest Nagel enfatiza "cada ramo de pesquisa visando a leis gerais seguras, afetando uma questão empírica exposta, deve empregar um processo que, se não é uma experiência estritamente controlada, tem as funções lógicas de experiência em investigação."[14] O método estatístico tem essas funções essenciais lógicas, mas

[12] Veja Webb, Eugene J. et alii. *Unobtrusive measures: nonreactive research in the social sciences*. Chicago, Rand McNally. p. 6.

[13] Lazarsfeld, Paul F. Interpretation of statistical relations as a research operation. In: Lazarsfeld & Rosenberg Morris. eds. *The language of social research: a reader in the methodology of social research*. Glencoe, Ill., Free Press, 1955. Veja também Deutsch, Karl W. Recent trends in research methods in political science. In: Charlesworth, James C. ed. *A design for political science: scope, objectives and methods*. Philadelphia, American Academy of Political and Social Science, 1966. p. 165. (Monograph n. 6.)

[14] Nagel, Ernest. *The structure of science*. New York, Harcourt, Brace, and World, 1961. p. 453.

não é um método tão forte como a experimentação, porque não pode tratar o problema de controle igualmente. Ele não pode controlar todas as outras variáveis, simplesmente as outras *variáveis-chave,* que são conhecidas ou tidas como suspeitas de exercer influência. Falando estritamente, mesmo o método experimental não trata o problema de controle de maneira perfeita, porque o pesquisador não pode estar nunca completamente certo de que os grupos equiparados são realmente iguais em todos os aspectos.[15] Mas o projeto experimental fornece a aproximação mais próxima deste ideal. O método estatístico, por sua vez, é uma aproximação — não o equivalente — do método experimental. De maneira oposta, pode-se também argumentar como Lazarsfeld faz, que o método experimental constitui uma forma especial do método estatístico, mas somente se se acrescenta que é uma forma especialmente forte e feliz.[16] A lógica do método comparativo é, de acordo com o padrão geral exposto por Nagel, também o mesmo que a lógica do método experimental.[17] O método comparativo assemelha-se ao método estatístico em todos os aspectos, exceto um. A diferença principal é que o número de casos com que ele lida é pequeno demais para permitir controle sistemático por meio de correlação parcial. Este problema ocorre em operações estatísticas também; especialmente quando se quer controlar simultaneamente muitas variáveis, rapidamente "fica-se sem casos". Dever-se-ia recorrer ao método comparativo quando o número de casos disponíveis para a análise for tão pequeno que não seja plausível formar tabelas entre eles, a fim de estabelecer controles de confiança. Conseqüentemente, não há uma linha divisória entre os métodos estatístico e comparativo. A diferença depende inteiramente do número de casos. Isto também significa que há muitas situações de pesquisa com um número intermediário de casos, em que é apropriada uma combinação dos métodos estatístico e comparativo. Onde os casos são sistemas nacionais políticos, como acontece freqüentemente no campo da política comparativa, o número de casos é necessariamente tão restrito que o método comparativo tem de ser usado.

Do ponto de vista vantajoso dos objetivos gerais e métodos alternativos de pesquisa, pode-se considerar o método comparativo em perspectiva própria e responder a tais indagações como as seguintes, feitas por Samuel H. Beer e por Harry Eckstein: "Pode a comparação ser encarada

[15] Por exemplo, se os grupos são emparelhados por meio de uma deliberada falta de método, o pesquisador sabe que eles são semelhantes com um grau muito alto de probabilidade, mas não com absoluta certeza.

[16] Lazarsfeld. Interpretation of statistical relations as a research operation. op. cit. p. 119. Uma outra vantagem do método experimental é que o tempo variável é controlado, o que é especialmente importante se se procura estabelecer uma relação "causal". Em plano estatístico, este controle pode ser aproximado por meio do método painel.

[17] Veja, por exemplo, a descrição do método geral da política comparativa em Smith, M. G. A structural approach to comparative politics. In: Easton, David ed. *Varieties of political theory*. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 1966. p. 113.

como a equivalente do cientista social ao laboratório do cientista natural?"[18] e: "É o método comparativo nas ciências sociais ... realmente um substituto adequado para experimentação nas ciências naturais, como tem sido afirmado algumas vezes?"[19] A resposta é que o método comparativo não é o equivalente do método experimental, mas apenas um substituto, e um substituto muito imperfeito. A percepção clara das limitações do método comparativo é necessária, mas não deveria conduzir ao desânimo, porque há vários meios de minimizar esses pontos fracos. O "pensador consciente" em política comparativa deveria compreender as limitações do método comparativo, mas também suas possibilidades, e tirar uma completa vantagem destas.

3. O método comparativo: pontos negativos e positivos

O problema mais significativo do método comparativo pode ser sucintamente estabelecido como: muitas variáveis, *N* pequeno. Antes de voltarmo-nos para uma discussão de sugestões específicas para minimizar este problema é necessário fazer duas observações. Em primeiro lugar, se é possível usar o método estatístico (ou talvez mesmo o experimental) em vez do método comparativo, é de uma maneira geral aconselhável de se o fazer, devido aos pontos fracos do método comparativo. Há, no entanto, considerações compensadoras de peso. Por motivo da inevitável escassez de tempo, energia e recursos financeiros à disposição do pesquisador, a análise comparativa intensa de uns poucos casos pode ser mais promissora do que uma análise estatística superficial de muitos casos. Em tal situação a abordagem mais proveitosa seria encarar a análise comparativa como a primeira etapa de pesquisa, na qual as hipóteses são cuidadosamente formuladas, e a análise estatística como segunda etapa, na qual essas hipóteses são testadas no maior número possível de modelos.

Em um tipo de pesquisa nacional comparativa, é logicamente possível e pode ser vantajoso mudar do método comparativo para o estatístico. Stein Rokkan distingue dois objetivos da análise nacional: a) o teste das macro-hipóteses, relativo às "inter-relações de elementos estruturais dos sistemas totais". Aqui o número de casos tende a ser limitado, e tem-se que confiar no método comparativo; b) microrreprodução em que o objetivo é "testar em outros cenários nacionais e culturais uma proposição

[18] Beer, Samuel H. The comparative method and the study of British politics. *Comparative Politics*, v. 1, p. 19, Oct. 1968.

[19] Eckstein, Harry. A perspective on comparative politics, past and present. In: Eckstein & Apter, David E. *Comparative politics: a reader*. New York, Free Press of Glencoe, 1963. p. 3. Veja também Sartori. Methodological problems in comparative politics. op. cit. p. 33.

já confirmada em um cenário".[20] Aqui também pode-se usar o método comparativo, mas se a proposição em questão enfoca indivíduos como unidade de análise, pode-se também usar o método estatístico: como Merritt e Rokkan salientam, em vez da abordagem de "uma nação, um caso", a nacionalidade pode simplesmente ser tratada como uma variável adicional a par com outros atributos individuais, tais como ocupação, idade, sexo, tipo de vizinhança, etc.[21]

A segunda observação geral é relativa a um sofisma perigoso mas tentador, na aplicação do método comparativo: o sofisma de se imputar demasiada significação, decisiva mesmo, a descobertas negativas. O método comparativo não deveria cair no erro que Johan Galtung chama "a citação tradicional/metodologia de ilustração, em que os casos são escolhidos por estarem de acordo com as hipóteses — e as hipóteses são rejeitadas se um caso divergente for encontrado.[22] Todos os casos deveriam, é claro, ser selecionados sistematicamente e a busca científica deveria visar a generalizações probabilísticas, não-universais. A tendência errônea de rejeitar a hipótese com base num simples caso divergente é rara quando o método estatístico é usado para analisar um modelo amplo, mas numa análise comparativa de um número pequeno de casos, mesmo uma simples descoberta divergente tende a tomar um grande vulto. Um exemplo desse sofisma pode ser encontrado em meu artigo sobre topologias dos sistemas democráticos, onde eu baseio um dos meus argumentos contra a proposição de Sartori, relacionando instabilidade política a um multipartidarismo extremo (sistemas com seis ou mais partidos importantes) em divergência de um simples caso histórico: o sistema estável de seis partidos da Holanda durante os anos de entre-guerras.[23] Os casos divergentes enfraquecem uma hipótese probabilista, mas podem somente tornar-se sem valor se aparecem em números suficientes para fazer a relação hipotética desaparecer inteiramente.[24]

[20] Rokkan, Stein. Comparative cross-national research: the context of current efforts. In: Merrit, Richard L. & Rokkan. *Comparing nations: the use of quantitative data in cross-national research.* New Haven, Yale University Press, 1966. p. 19-20.

[21] Merritt & Rokkan. *Comparing nations...* cit. p. 193.

[22] Ele acrescenta: "Esta é uma concepção muito ingênua das proposições da ciência social; se apenas correlações perfeitas fossem admitidas, a ciência social não teria ido muito longe." Galtung, Johan. *Theory and methods of social research.* Oslo, Universitatsforlaget, 1967. p. 505. As funções da análise do caso divergente serão discutidas adiante.

[23] Esta é apenas parte da minha crítica, é claro. Veja Lipjhart, Arend. Typologies of democratic systems. *Comparative Political Studies,* v. 1, n. 1, p. 32-5, Apr. 1968. Veja também Sartori. *Parties and party systems: a theoretical framework.* New York, Harper and Row, Forthcoming e Sartori. The typology of party systems: proposals for improvement. In: Lipset, Seymour Martin. & Allardt, Erik. *Cleavages, parties, and mass politics.* New York, Free Press, Forthcoming.

[24] É obviamente incorreto, portanto, argumentar que, em bases de lógica, a generalização probabilista *nunca* pode ser invalidada; cf. a declaração de Lewy, Guenter:

Após essas observações introdutórias, voltemo-nos para uma discussão de modos específicos e meios de minimizar o problema das "muitas variáveis, *N* pequeno" do método comparativo. Essas podem ser divididas em quatro categorias:

1. *Aumentar o número de casos tanto quanto possível.* Mesmo embora na maioria das situações seja impossível aumentar o número de casos de modo suficiente para mudar para o método estatístico, qualquer aumento do modelo, mesmo pequeno, melhora as chances de instituir ao menos algum controle.[25] A política moderna comparativa fez grande progresso neste aspecto, como resultado dos esforços dos inovadores no campo, para ajustar um vocabulário universalmente aplicável dos conceitos relevantes politicamente básicos, notavelmente a abordagem funcional de Gabriel A. Almond.[26] Tal reformulação de variáveis em termos comparáveis torna disponíveis para análise comparativa muitos casos previamente inacessíveis. Além disso para estender a análise geograficamente dever-se-ia também considerar as possibilidades de extensão "longitudinal", ao incluir tantos casos históricos quanto possível.[27] O valor de ambas essas sugestões é de alguma maneira diminuído pela grave falta de informação referente à maioria dos sistemas políticos; particularmente para casos históricos este problema é muitas vezes irremediável. Por exemplo, seria seriamente aconselhável incluir a república tcheco-eslovaca de entre-guerra em minha análise de democracias "consocionais", mas a lacuna de informação apresenta uma barreira virtualmente insuperável.

2. *Reduzir o "espaço-propriedade" da análise.* Se o modelo dos casos não pode ser aumentado, pode ser aconselhável em certos exemplos reduzir o número de classes em que as variáveis são divididas (por exemplo, simplificando um conjunto de várias categorias em uma dicotomia). Assim, o número de unidades na matriz representando a relação é reduzida, e o número de casos em cada unidade aumenta correspondentemente. Tal redução do que Allen H. Barton chama o "espaço-propriedade" aumenta

"Sem dúvida a descoberta de um número muito grande (de casos divergentes) lançaria dúvida sobre o valor da proposição, mas logicamente tal evidência não obrigaria a sua retirada. O teste da hipótese pela confrontação com dados empíricos ou históricos permanece inconclusivo." Lewy. Historical data in comparative political analysis: a note on some problems of theory. *Comparative Politics*, v. 1, n. 1, p. 109, Oct. 1968.

25 Além do mais, a menos que se investigue todos os casos disponíveis, é-se confrontado com o problema de como um exemplo limitado é representativo do universo de casos.

26 Almond. A functional approach to comparative politics. In: Almond & Coleman, James S. eds. *The politics of the developing areas. Princeton*, N. J., Princeton University Press, 1960. p. 3-64. Para uma crítica prolongada, veja Dowse, Robert E. A functionalist's logic. *World Politics*, v. 18, n. 4. p. 607-23, July, 1966.

27 Haas, Michael. Comparative analysis. *Western Political Quarterly*, v. 15, n. 2, p. 298n, June 1962. Veja também Lewy. op. cit. p. 103-10.

as possibilidades de uma ulterior formação de tabela e controle sem que aumente o próprio modelo.[28]

3. *Enfoque da análise comparativa em casos "comparáveis"*. Neste contexto, comparável significa: semelhante em um grande número de características importantes (variáveis) que se deseja tratar como constantes, mas dessemelhante na medida do que diz respeito a essas variáveis que se deseja relacionar uma a outra. Se tais casos comparáveis podem ser encontrados, eles particularmente oferecem boas oportunidades para a aplicação do método comparativo, porque permitem o estabelecimento de relação entre umas poucas variáveis, enquanto muitas outras variáveis são controladas.[29] É verdadeiro, como afirma Ralph Braibanti, que o "movimento da hipótese para teoria é contingente sob análise da extensão total de sistemas políticos,[30] mas é muitas vezes mais prático conceder prioridade ao enfoque em um número limitado de casos comparáveis e à descoberta de generalizações parciais.

Enquanto que os primeiros dois modos de fortificar o método comparativo relacionavam-se principalmente com o problema do "*N* pequeno", este terceiro modo focaliza o problema de "muitas variáveis". O número total de variáveis presentes não pode ser reduzido, é claro, mas com casos comparáveis onde muitas variáveis são constantes, o número de variáveis que são *operativas* é reduzido consideravelmente, de modo que seus relacionamentos possam ser estudados sob condições controladas sem o problema de se ficar sem casos. O enfoque em casos comparáveis difere da primeira recomendação não somente em sua preocupação com o problema de "muitas variáveis" mais do que com "*N* pequeno", mas também no fato de que, como produto derivado da pesquisa para casos comparáveis, o número de casos sujeitos a análises será geralmente *diminuído*. As duas recomendações, assim, apontam para direções fundamentalmente diferentes, embora ambas sejam compatíveis com a segunda (e também a quarta) recomendação.

Em geral, a abordagem de área parece prestar-se perfeitamente a este modo de aplicar o método comparativo, por motivo da quantidade de características que as áreas tendem a ter em comum e que podem, portanto, ser usadas como controles. Mas as opiniões sobre a utilidade da abordagem de área diferem nitidamente. Gunnar Heckscher afirma que "os estudos de área são a própria essência do governo comparativo", e ressalta as vantagens de controle oferecidas por eles: "o número de variáveis,

[28] Barton, Allen H. The concept of property-space in social research. In: Lazarsfeld & Rosenberg. eds. *The language of social research*... cit. p. 45-50.

[29] Isto é provavelmente o que Eisenstadt tem em mente quando menciona a possibilidade de construir "comparações especiais intensivas de uma natureza quase experimental". p. 424.

[30] Braibanti, Ralph. Comparative political analytic reconsidered. *Journal of Politics*, v. 30, n. 1. p. 36, Febr. 1968.

enquanto ainda freqüentemente muito grande, é ao menos reduzido no caso de uma feliz escolha de área".[31] Roy C. Macridis e Richard Cox também argumentam que, se as áreas são caracterizadas por uniformidades políticas como também não-políticas, "o conceito de área será de grande valor, já que certos processos políticos serão comparados entre unidades dentro da área, contra um fundo comum de configuração de traços similares".

E eles apontam a América Latina como um exemplo de uma área oferecendo a perspectiva de "comparação proveitosa entre-área".[32] Por outro lado, Dankwart A. Rustow declara em recente artigo que estudo de área é "quase obsoleto" e mostra pouca fé nele como uma estrutura para "estudo comparativo manejável". Ele argumenta que "mera proximidade geográfica não necessariamente fornece a melhor base de comparação", e, além disso, que comparabilidade é uma qualidade que não é inerente em nenhum conjunto determinado de objetos; antes, é uma qualidade conferida a eles pela perspectiva do observador.[33] Este argumento é compelativo e deveria ser considerado cuidadosamente.

Não é verdade que as áreas refletem meramente uma proximidade geográfica; elas tendem a ser similares em muitos outros aspectos básicos. Por meio de um processo indutivo — uma análise de fator de 54 variáveis sociais e culturais em 82 países — Bruce M. Russett descobriu grupos de países altamente semelhantes em termos socioculturais, que correspondem estreitamente a áreas ou regiões do mundo como definidas visualmente.[34] Comparabilidade não é, na verdade, inerente a nenhuma área determinada, mas é mais provável numa área do que num conjunto de países selecionados ao acaso. Parece prematuro, portanto, cancelar a abordagem de

[31] Heckscher, Gunnar. *The study of comparative government and politics.* London, Allen & Unwin, 1957.

[32] Macridis, Roy C. & Cox, Richard. Research in comparative politics. *American Political Science Review*, v. 47, n. 3, Sept. 1953. Veja também Martz, John D. The place of Latin America in the study of comparative politics. *Journal of Politics*, v. 28, n. 1, p. 57-80, Feb. 1966.

[33] Rustow, Dankwarth A. Modernization and comparative politics: prospects in research and theory. *Comparative Politics*, v. 1, n. 1, p. 45-7, Oct. 1968. O estudo de área pode também ser criticado com base em que, nas palavras de Hitchner, Dell G. & Levine, Carol. *Comparative government and politics.* New York, Dodd, Mead, 1967: "seu próprio método de delimitação coloca ênfase no que possa ser particular a um grupo limitado de estados, opondo-se à generalização universal que o estudo completamente comparativo deve buscar". Esta argumentação foi respondida em termos da necessidade de generalizações parciais como um primeiro passo. Veja também Braibanti. op. cit. p. 54-5.

[34] Russett, Bruce M. Delineating international regions. In: Singer, J. David. ed. *Quantitative international politics: insights and evidence.* New York, Free Press, 1968. p. 317-52. Veja também Russett. *International regions and the international system.* Chicago, Rand McNally, 1967.

área em política comparativa. Porém, duas cláusulas deveriam ser anexadas a esta conclusão: a) a abordagem de área pode contribuir para a política comparativa se for uma ajuda ao método comparativo, não se se torna um fim em si mesmo; b) a abordagem de área não deveria ser usada indiscriminadamente, mas somente seletivamente, onde oferece a possibilidade de estabelecer controles decisivos. Neste aspecto, algumas das áreas menores podem oferecer mais vantagens do que as maiores. Por exemplo, a Escandinávia que tem sido amplamente explorada desta maneira, ou os países anglo-americanos que receberam maior atenção comparativa (mas que não constituem uma área no sentido literal).[35]

Um modo alternativo de maximizar a comparabilidade é analisar diacronicamente um só país. A comparação da mesma unidade em diferentes épocas geralmente oferece uma solução melhor para o problema de controle do que a comparação de duas ou mais unidades diferentes mas similares (por exemplo, dentro da mesma área) ao mesmo tempo, mas o controle nunca pode ser perfeito. O mesmo país não é realmente o mesmo em épocas diferentes. Um bom exemplo da análise comparativa diacrônica é o estudo de Charles E. Frye sobre a relação empírica entre sistema de partido, o sistema de interesse de grupo, e a estabilidade da política na Alemanha sob as Repúblicas de Weimar e Bonn. Ele argumenta que "para o estudo dessas relações, Weimar e Bonn fazem particularmente um bom caso (estritamente falando, dois casos) porque há mais constantes e relativamente menos variáveis do que em muitos estudos feitos em uma nação. No entanto, as diferenças dificilmente poderiam ser mais pronunciadas".[36]

A menos que o próprio sistema político nacional constitua a unidade de análise, a comparabilidade pode também ser acentuada ao focalizar comparações dentro da nação em vez de entre nações. A razão é novamente a mesma: a análise comparativa dentro da nação pode tirar proveito das várias características nacionais semelhantes servindo como controle. Como Juan J. Linz e Armando de Miguel ressaltam, uma abordagem particularmente promissora pode ser a combinação de comparações dentro da nação e entre nações: "a comparação desses setores de duas sociedades que têm um grande número de características em comum, enquanto diferem em algumas outras importantes, pode ser mais proveitosa do que compa-

[35] Veja Lipset. The value patterns of democracy: a case study in comparative analysis. *American Sociological Review*, v. 28, p. 515-32, 1963; Alford, Robert R. *Party and society*. Chicago, Rand McNally, 1963; Lipson, Leslie. Party system in the United Kingdom and the older Commonwealth: causes, resemblances, and variations. *Political Studies*, v. 7, n. 1, p. 12-31, Feb. 1959.

[36] Frye, Charles E. Parties and pressure groups in Weimar and Bonn. *World Politics*, v. 17, n. 4, p. 635-55, July, 1965. A divisão de após-guerra da Alemanha também oferece a oportunidade de analisar os efeitos do desenvolvimento democrático diante do totalitário, mediante antecedentes culturais e históricos semelhantes. Veja Dahrendorf, Ralph. The new Germanies: restoration, revolution, reconstruction. *Encounter*, v. 22, n. 4, p. 50-8, Apr. 1964.

rações globais de nações".[37] Um exemplo específico ilustrativo desta abordagem na esfera política é sugerido por Raoul Naroll: "Se se deseja testar teorias sobre a diferença entre os sistemas de governo ministerial e presidencial — é mais aconselhável comparar Manitoba e Dakota do Norte do que comparar a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, já que, com respeito a todas as outras variáveis, Manitoba e Dakota do Norte são muito parecidas, enquanto a Grã-Bretanha e os Estados Unidos têm muitas outras diferenças.[38]

4. Enfoque da análise comparativa nas variáveis-chave

Finalmente, o problema de muitas variáveis opondo-se ao método comparativo pode ser minorado não somente por algumas das abordagens específicas sugeridas acima, mas também por uma atitude geral de parcimônia teórica da parte do pesquisador. Se a análise comparativa é para evitar o perigo de se ser esmagado pelo grande número de variáveis e, como resultado, se perdendo a possibilidade de descobrir relações controladas, deve ser judiciosamente restrita a variáveis realmente chave e deixar fora de consideração aquelas de importância apenas marginal. A natureza do método comparativo e suas limitações especiais constitui um argumento forte contra o que Lasswell e Braibanti chamam análise "configurativa" ou "contextual": "a identificação e interpretação de fatores em toda a ordem social que parece afetar quaisquer funções políticas e suas manifestações institucionais têm sido identificadas e arroladas para comparação" (definição de Braibanti).[39] Lasswell argumenta que o método comparativo como é aplicado usualmente tem sido insuficientemente configurativo, e necessita de exploração de mais variáveis: o contexto inteiro — passado, presente e futuro — "deve ser continuamente perscrutado".[40]

Perscrutar todas as variáveis não é o mesmo que incluir todas as variáveis, é claro, já que uma está sob a guarda de alguma, contra um perfeccionismo irrealista e eventualmente autoderrotista. A política comparativa deveria evitar a armadilha, na qual a abordagem de tomar decisão para o estudo da política internacional caiu ao especificar e exigir

[37] Linz, Juan J. & Miguel, Armando de. Within-nation differences and comparisons: the eight Spains. In: Merritt & Rokkan. eds. *Comparing nations*. p. 268.

[38] Naroll, Raoul. Scientific comparative politics and international relations. In: Farrell, R. Barry. ed. *Approaches to comparative and international politics*. Evanston, Ill., Northwestern University Press, 1966. p. 336-7.

[39] Braibanti. op. cit. p. 49. Neste contexto, análise "configurativa" não é sinônimo da abordagem tradicional de um único país, como na definição do termo dada por Eckstein: "A análise dos sistemas políticos e particulares os tratou explicitamente ou implicitamente como entidades únicas." *A perspective on comparative politics*... p. 11.

[40] Lasswell. p. 6.

a análise de uma exaustiva lista de variáveis que possivelmente podia ter alguma influência, embora diminuta, no processo de tomada de decisão.[41]

Quando o método comparativo é aplicado, a parcimônia na consideração de variáveis é especialmente necessária, por motivo das limitações inerentes deste método. A exigência de Joseph LaPalombara de uma "abordagem segmentada", visando à reformulação de proposições de meia extensão, relativa a sistemas parciais, tem, portanto, muito sentido.[42] Do mesmo modo, o pedido urgente de Eckstein para maior maneabilidade do campo deveria ser cuidadosamente considerado: "a necessidade mais óbvia no campo, no presente, é a simplificação — e simplificação em uma escala bem grande — pois a inteligência humana e o método científico dificilmente podem agüentar o grande número de variáveis, os saltos de conceitos, e as montanhas de dados que atualmente parecem ser necessários, e existir, na verdade, no campo".[43]

A política comparativa como um campo substantivo e a comparação como um método não são contérminos. Em política comparativa outros métodos podem também ser empregados freqüentemente, e o método comparativo é também aplicável em outros campos e disciplinas. Um exemplo particularmente instrutivo é o recente estudo de James N. Roseneau sobre a influência relativa das variáveis individuais (opiniões pessoais de política e "tendências personalizadas") e funções variáveis (função de partido e função do comitê) no comportamento dos senadores dos Estados Unidos durante dois períodos semelhantes: a "era Acheson", 1949-1952, e a "era Dulles", 1953-1956. Roseneau afirma que essas duas eras foram caracterizadas por um ambiente internacional e que os dois secretários de Estado conduziram as políticas externas de modo semelhante e também se assemelhavam em qualidades pessoais. Ele denomina o método que usa em sua análise de método de "comparação histórica quantitativa". Uma de suas características básicas é o teste das hipóteses, comparando duas épocas (casos) que são "essencialmente comparáveis ... em todo os aspectos exceto por ... variáveis sendo examinadas". O método é chamado de "quantitativo" porque as variáveis são operacionalmente definidas em termos quantitativos; e "histórico", porque os dois casos comparados são épocas históricas.[44] O método é, portanto, uma forma particular do método

[41] Veja Snyder, Richard C., Bruck, H. W. & Sapin, Burton. eds. *Foreign policy decision-making*. New York, Free Press, 1962.

[42] LaPalombara, Joseph. Macrotheories and microapplications in comparative politics. *Comparative Politics*, v. 1, n. 1, p. 60-77, Oct. 1968. Como um exemplo ele cita Dahl, Robert A. ed. *Political opposition in Western democracies*. New Haven, Yale University Press, 1966. esp. cap. 11-3.

[43] Eckstein. *A perspective on comparative politics*. op. cit. p. 30.

[44] Roseneau, James N. Private preferences and political responsabilities: the relative potency of individual and role variables in the behavior of U. S. Senators. In: Singer. ed. *Quantitative international politics*, p. 17-50, especialmente p. 19. Roseneau acrescenta que se "as descobertas não são tão claras a ponto de confirmar ou negar as

comparativo. Assim, um pesquisador imaginativo e ingênuo provavelmente pode encontrar muitas aplicações aproveitáveis do método comparativo.[45]

5. O método comparativo e o método de estudo de casos

A discussão do método comparativo não é completa sem uma consideração do método de estudo de casos. O método estatístico pode bem ser aplicado a muitos casos, o método comparativo a relativamente poucos (mas ao menos a dois), e o método de estudo de casos a um caso. Mas o estudo de casos pode e deveria ser intimamente associado com o método comparativo (e algumas vezes também com o método estatístico); sob certas condições pode mesmo ser considerado parte do método comparativo.

A grande vantagem do estudo de casos é que, ao focalizar um único caso, este caso pode ser intensamente examinado, mesmo quando os recursos da pesquisa à disposição do pesquisador são relativamente limitados. No entanto, o *status* científico do método de estudo de casos é de uma certa maneira ambíguo, porque a ciência é uma atividade generalizante. Um único caso pode não constituir nem a base para uma generalização válida, nem o fundamento para invalidar uma generalização estabelecida.

Indiretamente, no entanto, os estudos de casos podem fazer uma importante contribuição para o estabelecimento de proposições gerais empíricas e, assim, para a estruturação de teoria em ciência política. Cinco tipos de estudo de casos podem ser distinguidos. São tipos ideais e qualquer estudo particular de um único caso pode se encaixar em mais de uma das seguintes categorias:

1. Estudo de casos ateoréticos — Esses são as análises tradicionais de um único país ou análises de caso único. São inteiramente descritivos e se movimentam num vácuo teorético: não são guiados nem por generalizações estabelecidas ou hipotéticas, nem motivados pelo desejo de formular hipóteses gerais. A esperança algumas vezes expressa por seus apologistas de que "o efeito cumulativo de tais estudos conduzirá a generalização proveitosa" terá, provavelmente, que permanecer uma ilusão.[46] Portanto, o valor teorético desses estudos de casos é virtualmente nulo, mas isto

hipóteses de modo a não deixar dúvida, então, é claro, o analista continua para um terceiro período comparável". Se esse terceiro ou mesmo mais períodos pudessem ser encontrados — o que parece improvável no caso do problema específico da pesquisa de Roseneau — eles deveriam ser incluídos sem se levar em conta o resultado da análise das primeiras duas eras (se as fontes disponíveis permitirem, é claro).

[45] Veja também o uso proposto de "grupos de múltipla comparação", como uma aproximação do método experimental, por Gleser, Barney G. & Strauss, Anselm L. Discovery of substantive theory: a basic strategy underlying qualitative research. *American Behavioral Scientist*, v. 8, n. 6, p. 5-12, Feb. 1965.

[46] Curtis, Michael. *Comparative government and politics: an introductory essay in political science*. New York, Harper & Row, 1968. p. 7. Veja também Macridis. *The study of comparative government*. New York, Random House, 1955.

não significa que eles sejam completamente inúteis. Como LaPalombara enfatiza, o desenvolvimento da política comparativa é dificultado por uma terrível falta de informação sobre quase todos os sistemas políticos do mundo.[47] Estudos de casos puramente descritivos têm, ao menos, uma limitada utilidade com operações básicas de coleta de dados.

2. Estudo de casos geradores de hipóteses — Há estudos que se iniciam com uma noção mais ou menos vaga de hipóteses possíveis e tentam formular hipóteses definidas para serem testadas subseqüentemente entre um grande número de casos. Tais estudos de casos são de valor teorético considerável. Podem ser particularmente valiosos, se o caso selecionado para análise fornecer o que Naroll chama uma espécie de "experimento decisivo", no qual certas variáveis acontecem de estar presentes num modo especial.[48]

3. Estudo de casos interpretativos — Nesses estudos é aplicada uma generalização a um caso específico com o objetivo mais de esclarecer o caso do que de melhorar a generalização de qualquer modo. São estudos dedutivos, em contraste com o segundo tipo de estudos indutivos, geradores de hipóteses. Já que eles não visam contribuir com generalizações empíricas, seu valor em termos de estruturação de teoria é nulo. Por outro lado, é precisamente o objetivo da teoria empírica tornar possíveis tais estudos de casos interpretativos.

Por motivo do ainda muito limitado grau de desenvolvimento teorético em ciência política, tais estudos de casos são raros. Um exemplo interessante é o estudo de caso imaginativo e perspicaz de Michael C. Hudson sobre o Líbano, à luz de teorias de desenvolvimento socioeconômico e do desenvolvimento político do país.[49]

4. Estudos de casos que confirmam a teoria — Esses casos são análises de casos únicos dentro da estrutura de generalizações estabelecidas e com o fim de contribuir para as generalizações. Os casos podem vir a apoiar as generalizações ou a ser divergentes. A última categoria será discutida separadamente. Se o estudo de caso for do tipo que confirma a teoria, ele reforça a proposição em questão. Mas, presumindo que a proposição esteja solidamente baseada num grande número de casos, a demonstração a

47 LaPalombara. op. cit. especialmente p. 60-5.

48 Naroll. op. cit. p. 336. Um exemplo de tal estudo de caso é minha análise das determinantes do colonialismo holandês no Irã Ocidental. Na maioria dos casos, ambos os objetivos (especialmente econômicos) e fatores subjetivos podem ser distinguidos, mas o caso do Irã Ocidental é único por motivo da completa ausência de interesses nolandeses objetivos na colônia. Veja Lipjhart. *The trauma of descolonization: The Dutch and West New Guinea.* New Haven, Yale University Press, 1966.

49 Hudson, Michael. A case of political underdevelopment. *Journal of Politics,* v. 29, n. 4, p. 821-37, Nov. 1967. Veja também Beer. The comparative method and the study of British politics. p. 19-36.

que um caso mais se aplica não a fortalece muito. Portanto, o valor teorético dos estudos de casos que confirmam a teoria pode apenas ser marginal.

5. Estudo de casos divergentes — São essas análises de casos únicos que divergem de generalizações estabelecidas. Se o objetivo deles é somente destacarem-se dessas generalizações, seu valor teorético é tão limitado quanto o dos estudos de casos que confirmam a teoria; eles apenas enfraquecem as generalizações marginalmente. Por outro lado, estudos de casos divergentes são de grande valor teórico se seu objetivo é descobrir variáveis adicionais relevantes que não foram consideradas previamente, ou aperfeiçoar as definições (operacionais) de algumas ou todas as variáveis.[50] Deste modo, os estudos de casos divergentes podem fortalecer, em grande parte, as proposições gerais, ao modificá-las. A validade das proposições, em sua forma modificada, deve ser estabelecida por uma análise comparativa ulterior.[51]

Dos cinco tipos de estudos de casos, os de geradores de hipóteses e os de estudo de casos divergentes têm o maior valor teórico, enquanto que o valor dos outros estudos de casos é marginal ou nulo. No entanto, os dois tipos de estudo de casos que são significantes em termos de estruturação de teoria têm funções neste aspecto bem diferentes: o estudo de casos gerador de hipóteses serve para gerar novas hipóteses, enquanto que o estudo de casos divergentes aperfeiçoa e estimula as hipóteses existentes. O método de estudo de casos divergentes pode ser considerado como uma parte implícita do método comparativo. O caso divergente é um dos tipos de casos mais escolhidos para análise. Como tal, o caso divergente pode ser comparado ao "grupo experimental", com o restante dos casos constituindo o "grupo controle".[52] Tal como o poder analítico do método comparativo aumenta quanto mais perto ele se aproxima dos métodos estatístico e experimental, assim o poder analítico do método de estudo de casos aumenta quanto mais ele se aproxima do método comparativo na forma de análise de caso divergente. Isto exige, é claro, que a posição do caso divergente nas variáveis em consideração, e, conseqüentemente, também sua posição relativa com respeito a outros casos, estejam claramente definidas.

Os tipos diferentes de casos e suas contribuições potenciais altamente desiguais para a estruturação de teoria deveriam ser tidos em mente ao selecionar-se um só caso para análise e na própria análise. Algumas das

[50] Veja Kendal, Patricia L. & Wolf, Katherine M. The analysis of deviant cases in communications research. In: Lazarsfeld & Stanton, Frank. eds. *Communications Research: 1948-49*. New York, Harper, 1949. p. 152-7; Lipjhart. *The politics of accomodation: pluralism and democracy in the Netherlands*. Berkeley, University of California Press, 1968. cap. 10.

[51] Veja Horst, Paul. The prediction of personal adjustment. *Bulletin n. 48*, New York, Social Science Research Council, p. 117-8, 1941.

[52] Smelser. The methodology of comparative analysis.

falhas do estudo de casos, por outro lado perspicaz e estimulante, sobre a Noruega, de Eckstein, podem servir como exemplos instrutivos.[53] Eckstein afirma que a Noruega é um caso divergente em termos da proposição de David B. Truman relativa a "associações de justaposição",[54] porque a Noruega é uma democracia estável a despeito das profundas e não justapostas separações geográficas, econômicas e culturais. Mas ele deixa de colocar o caso da Noruega em relação a outros casos. De fato, embora ele descreva as divisões da Noruega como "espantosamente grandes, nítidas e persistentes", elimina explicitamente qualquer comparação com as separações em outros países. Isto enfraquece seriamente a análise do caso divergente. Além do mais, em vez de tentar aperfeiçoar a proposta de Truman com o auxílio das descobertas divergentes, Eckstein simplesmente a abandona.

Daí para diante, o estudo de casos torna-se um caso de confirmação de teoria. Eckstein argumenta que o caso norueguês confirma sua própria teoria de "congruência", que afirma que os governos tenderão a ser estáveis, se há uma semelhança (congruência) considerável entre padrões de autoridade governamental e padrões de autoridade na sociedade. Ele demonstra persuasivamente que tanto os padrões de autoridade governamental como social são fortemente democráticos e, portanto, altamente congruentes. O problema aqui não é que os fatos noruegueses não se aplicam à teoria, mas que se aplicam perfeitamente demais. A aplicação perfeita reforça a proposição marginalmente, mas não contribui para seu aperfeiçoamento. À proposição não se aplica necessariamente uma completa congruência de padrões de autoridade para uma democracia estável. Em sua afirmação original da proposição o próprio Eckstein ressalta a necessidade de um trabalho mais profundo sobre os pontos importantes de quanta disparidade pode ser tolerada e que graus de congruência e disparidade podem ser medidos.[55] Por motivo do caso norueguês ser um caso perfeito de confirmação de teoria, não pode aperfeiçoar a proposta em nenhum aspecto. No entanto, tanto na sua seleção de um caso, como na análise do caso, Eckstein deixa de tirar completa vantagem do método de estudo de casos.

O método comparativo e o método de estudo de casos têm grandes inconvenientes. Mas se o pesquisador aplicar conscientemente esses métodos, de tal modo a minimizar seus pontos fracos e capitalizar em seus pontos positivos inerentes, eles podem bem ser instrumentos altamente úteis em pesquisa política científica.

[53] Eckstein. *Division and cohesion in democracy: a study of Norway*. Princeton, N. J., Princeton University Press, 1966. Parte da crítica que segue está incluída na versão revista deste livro no *Journal of Modern History*, Mar. 1969.

[54] Truman, David B. *The governmental process: political interests and public opinion*. New York, Knopf, 1951.

[55] Eckstein. *A theory of stable democracy*. Princeton, N. J., Center of International Studies, 1961. (Research monograph n. 10.)